

Nº 2 JUL/DEZ



## QUANTO VALE UMA LÍNGUA? O APAGAMENTO DO POLÍTICO NAS RELAÇÕES ECONÔMICAS E LINGÜÍSTICAS<sup>1</sup>

Bethania Mariani (UFF/CNPq)

**RESUMO:** Este texto objetiva discutir a expressão ‘língua como variável econômica’, expressão que vem sendo utilizada por lingüistas e economistas na contemporaneidade. Para tanto, retoma-se criticamente um percurso de metáforas e análises que coloca em foco as relações entre lingüística e economia. Para explorar essa reflexão e essas indagações, são assinaladas interações e fricções nesses discursos sobre as línguas como variável econômica, afinal há relações bastante desiguais entre as fonias e as economias.

**PALAVRAS CHAVE:** lingüística, economia, ideologia

**RÉSUMÉ:** Ce texte a comme but celui de réfléchir sur l'expression "langue en tant que variable économique", très employée, de nos jours, aussi bien par des linguistes que par des économistes. Pour autant, nous reprenons critiqueusement un parcours de métaphores et d'analyses qui met en évidence les rapports entre la lingüistique et l'économie. Afin de mieux approfondir ces réflexions, nous mettons en relief des interactions et des frictions dans ces discours sur les langues comme variables économiques, puisqu'il y a des rapports assez inégaux entre les phonies et les économies. **MOTS CLÉS:** linguistique, économie, idéologie

### 1. Introdução

Quando lemos os livros de Lingüística Geral, sempre encontramos no capítulo introdutório uma menção sobre a importância do estudo da linguagem humana para todas as áreas do conhecimento. Em geral, a essa reflexão acrescenta-se a descrição da Lingüística como a ciência das línguas humanas e, seguindo adiante, encontra-se uma apresentação das inter-relações entre Lingüística e outras ciências como a Filosofia, a Sociologia, a Psicologia e a Antropologia, em geral.

---

<sup>1</sup> Texto apresentado no II Encontro Internacional Relações Literárias Internacionais: fricções entre fonias. UERJ, setembro, 2008. A ser publicado com os demais artigos apresentados.



Mais recentemente e de modo esparso, algumas obras relacionando a Lingüística com a Economia têm sido publicadas. Os economistas Bloom e Grenier<sup>2</sup> localizam em uma publicação coletiva de 1965 o marco inicial que assinala a constituição de um objeto de estudo: as **línguas como uma variável econômica**. É justamente sobre esse novo campo de questões que meu trabalho incide. Tenho interesse em compreender como economistas e lingüistas tematizam essa relação nessas últimas décadas em que vivemos.

Escrevo como analista de discurso e como pesquisadora integrante do projeto *História das Idéias Lingüísticas e Ética sobre as Línguas*, campos de reflexão que incluem o histórico e o ideológico na análise da produção de sentidos sobre as línguas como objeto simbólico. Entender a língua como objeto simbólico é reconhecer que a linguagem engendra e é engendrada por acontecimentos de natureza sócio-histórica. Quando nos colocamos nesse ponto de vista, não ficamos restritos a pensar na linguagem apenas como um meio de comunicação ou de expressão de idéias. Ao contrário, interessa entendê-la em seu funcionamento sócio-histórico, ou seja, como modo de produção de sentidos e instauração de diferenças entre sujeitos e entre nações. Conseqüentemente, é possível pensar na imbricação do político no lingüístico, na medida em que o político faz parte do modo como as instâncias de poder disputam as práticas simbólicas internas em uma dada sociedade, tentando gerenciar a produção dos sentidos.

Se as línguas passam a ser pensadas como uma variável econômica, seja por lingüistas, seja por economistas, isso permite tomá-las como objeto de planejamentos e decisões, um elemento a mais em cenários econômicos reais ou projetados, com custos e benefícios a serem calculados. Quais as implicações políticas, quais as conseqüências ideológicas em tomar as **línguas como variável econômica**?

Questões políticas relacionando ainda que indiretamente línguas e questões econômicas não são novas nas pesquisas do projeto *História das Idéias Lingüísticas e Ética sobre as Línguas*. Basta citarmos alguns pesquisadores do projeto que tematizaram, por exemplo, a expansão lingüística e o mercantilismo no período histórico das grandes navegações. As análises mostram que o estímulo econômico da busca de riquezas, como um dos elementos motivadores para o “achamento” e dominação das terras desconhecidas, foi um dos fatores que estimularam e aceleraram o processo de gramatização das línguas européias<sup>3</sup>. Nas naus que atravessaram o Atlântico, além da bandeira e da língua, foram transportadas também uma moeda e uma forma de negociar. As elites coloniais mantiveram tanto a língua quanto a moeda da metrópole e, apesar de conviverem com outras formas de relações econômicas, como o escambo, buscaram estabelecer internamente nas cidades coloniais um mesmo modelo mercantilista europeu.

---

<sup>2</sup> Economistas em Harvard University e University of Ottawa, respectivamente. Baseio-me no seguinte artigo: BLOOM, David E. e GRENIER, Gilles. Economic perspectives on language: the relative value of bilingualism in Canada and the United States. In CRAWFORD, James. **Languages Loyalties**: a source book on the official English controversy. Chicago & London, The University of Chicago Press, 1992.

<sup>3</sup> AUROUX, Sylvain. **A Revolução Tecnológica da Gramatização**. Campinas, Ed. da UNICAMP, 1992.

<sup>3</sup> MARIANI, Bethania. **Colonização Lingüística**; línguas, política e religião no Brasil (séculos XVI a XVIII) e nos Estados Unidos da América (século XVIII). Campinas, Pontes, 2004.

A relação entre poder econômico e práticas lingüísticas, no que diz respeito a políticas de silenciamento impostas para calar uma língua ou para obrigar a dizer em outra língua, não é de hoje. Mais uma vez, vamos encontrar na história das colonizações inúmeros exemplos dessa natureza. E a colonização lingüística do Brasil<sup>3</sup> é um bom exemplo das diferentes e alternadas formas de silenciamentos jurídico e religioso impostos às línguas indígenas. O auge desse processo, é sempre importante retomar, é o Diretório dos Índios que simultaneamente impede o uso da língua geral e impõe somente e definitivamente a língua portuguesa na colônia. Essa língua geral, “invenção diabólica” falada por jesuítas, indígenas, africanos e colonos em suas fazendas e bandeiras, uma língua gramatizada e com forma escrita, representava uma língua opaca aos olhos e ouvidos portugueses, ouvidos atentos aos desvios econômicos dos jesuítas.

O que trazemos como possível elemento novo a ser tematizado na questão das disputas entre fonias, enfim, é justamente a ênfase que vem sendo dada às **línguas como variável econômica** tanto nos discursos produzidos por economistas como naqueles produzidos por lingüistas. Parece-me importante discutir a formulação e circulação desses discursos no ambiente acadêmico (e na mídia), uma vez que tal formulação e tal circulação tanto podem gerar um debate quanto podem propiciar a disseminação, a repetição e a naturalização de uma certa direção de sentidos para essa expressão **língua como variável econômica**.

No caso específico dos países descolonizados, a recepção desses discursos deveria ser ainda mais cuidadosa, afinal, como veremos no texto, falar em ‘língua como variável econômica’ pode ser uma forma de silenciar, na atualidade, outros discursos, aqueles que fazem ressoar criticamente a historicidade da hegemonia das línguas de colonização.

O título aqui proposto *Quanto vale uma língua? O apagamento do político nas relações econômicas e lingüísticas* é propositalmente provocativo e visa a convocar de imediato para uma reflexão: o que significa falar de línguas em termos econômico-financeiros? E, considerando que não há língua sem os sujeitos que a falam, atribuir valores econômicos para as línguas não seria também determinar o valor de uma sociedade e o valor dos falantes, tanto no caso de língua materna quanto no caso de se tratar de segunda língua? Como ficam as línguas como elementos simbólicos das nações?

Para explorar essa reflexão e essas indagações, vou apontar interações e fricções nesses discursos sobre as línguas como variável econômica, afinal há relações bastante desiguais entre as fonias e as economias:

## 2. Linguagem e dinheiro: metáfora antiga

Em sua longa e extensa obra sobre a relação entre linguagem e economia, o sociolingüista Florian Coulmas<sup>4</sup> apresenta economistas e lingüistas que trataram da

---

<sup>4</sup> COULMAS, Florian. **Language and Economy**. Oxford, Blackwell Published, 1992.

similaridade entre uma língua, qualquer que seja, e o dinheiro. Conforme o autor, a analogia pode ser identificada, de imediato, ao uso de certo vocabulário □ empréstimos lingüísticos, estoque de palavras, palavras em circulação, riqueza da língua □ mas não se restringe a isso. Filósofos como Locke, Leibniz e Hume e economistas como Adam Smith, Marx e Weber escreveram sobre a analogia, enfatizando ora a função que a língua e o dinheiro têm na sociedade, ora o valor que ambos têm como poder de barganha. Do lado dos lingüistas, mais especificamente, a conhecida metáfora de Saussure sobre a língua como um “tesouro depositado na memória dos falantes” e, ainda, sua relevante noção de valor lingüístico □ e as igualmente importantes asserções de que “língua é forma e não substância” e “língua é um sistema de puros valores” □ é explicada em termos de uma analogia com o funcionamento de moedas de cinco francos.

Seja como for, como assinala Coulmas<sup>5</sup>, a comparação entre linguagem e dinheiro, do ponto de vista conceitual, aponta para o fato de que tanto a linguagem quanto o dinheiro agem nas sociedades como elementos de troca, sendo que muitas vezes o dinheiro funciona como elemento de comunicação e a linguagem preenche uma função econômica.

Mas, seriam as línguas um bem, uma mercadoria? O que implica pensar nas línguas desse modo? Alguns lingüistas fizeram pesquisas buscando correlacionar nível de renda *per capita* com a formação lingüística de diferentes países monolíngües ou multilíngües, e chegaram à conclusão de que “países com alta fragmentação lingüística são sempre pobres.”<sup>6</sup> Claro que uma afirmativa desse teor, que estabelece uma relação causal estreita, tanto pode apresentar exemplos que confirmem quanto exemplos que neguem a regra.<sup>7</sup> E é importante dizer que outros lingüistas são contrários à correlação entre desenvolvimento econômico e homogeneidade lingüística.<sup>8</sup>

Mas a questão principal, do meu ponto de vista, não é essa. Afirmações desse tipo, geralmente formuladas por pesquisadores oriundos de países ricos, de forma ingênua simplificam o conceito de língua, como se fosse absolutamente fácil contar línguas como se contam cadernetas de poupança, bem como simplificam a complexidade sócio-econômica das nações. Além disso, análises que produzem afirmações dessa natureza não consideram importantes diferenças sociais e políticas entre língua materna, língua nacional e língua oficial, diferenças que são melhor compreendidas quando se toma uma língua como um elemento simbólico. Por exemplo, no Brasil, ou Belíndia, como usualmente o país é chamado por políticos e economistas, a língua portuguesa é nacional e oficial, mas não é, necessariamente, a língua materna de toda a população, pois não podemos ignorar nem as línguas indígenas, nem as línguas dos imigrantes, nem os resquícios das línguas africanas ainda faladas nos quilombolas, nem as chamadas línguas de fronteiras no sul do país, notadamente o chamado dialeto de fronteira, resultado da

---

<sup>5</sup> COULMAS, *op. cit.*, p. 22.

<sup>6</sup> POOR, 1972, *apud* COULMAS, *op. cit.*, p. 25.

<sup>7</sup> Observemos a Suíça: um contra-exemplo para essas afirmações.

<sup>8</sup> Como é o caso de LIEBERSON, citado por COULMAS, *op. cit.*, p 47

mistura do português com o espanhol no Uruguai, estudado por José Pedro Rona, em 1965.

Sem dúvida, desde meados do século XVIII, mas, sobretudo a partir do século XIX, a configuração histórica e política do Brasil como nação institucionalizou a língua portuguesa como língua nacional e oficial, tornando-a hegemônica, sobretudo nos grandes centros urbanos e disseminando-a na região rural. Isso, porém, não silenciou totalmente as demais línguas existentes, como inúmeros pesquisadores vêm demonstrando. Assim, se durante décadas concluiu-se a favor de uma homogeneidade lingüística no Brasil, nos dias de hoje coloca-se em discussão o fato de que o Brasil é um país multilíngüe.<sup>9</sup> Dizendo de outra maneira, na Belíndia desigual e multilíngüe que nos constitui, a prosperidade coexiste com pobreza extrema e, nas duas pontas da desigualdade, pode-se falar um português-brasileiro mais ou menos próximo à chamada norma padrão, bem como uma das demais línguas existentes.

Uma outra questão derivada dessa é justamente discutir a naturalização do que se entende por ‘falar português’ ou falar ‘língua portuguesa’, pois o uso dessa expressão no Brasil aponta para um outro tipo de silenciamento, qual seja, o da memória heterogênea que constitui os sentidos da língua nacional brasileira, uma língua que não é sem a língua da colonização portuguesa, as línguas indígenas, as africanas e as dos imigrantes. Nomear ‘língua portuguesa’ ou ‘português-brasileiro’ ou ‘língua brasileira’ é situar-se em posições político-lingüísticas divergentes no que diz respeito a uma importante distinção político-lingüística internacional entre Brasil e Portugal.

Se colocarmos essa discussão política na chave de raciocínio da economia, até que ponto o uso de uma dessas nomeações também não estaria apontando para diferentes valores no mercado das línguas, considerando a tendência na formação de mercados transnacionais? Esta pergunta é importante, sobretudo nas relações institucionais que o Brasil vem estabelecendo com outros países que tiveram o português como língua de colonização. Refiro-me aqui a Angola, Moçambique, Timor Leste e Cabo Verde.<sup>10</sup>

Indo além, como afirma o economista português Joaquim Ramos Silva, pensar nas línguas como variável econômica é uma questão que diz respeito não apenas aos Estados,

---

<sup>9</sup> Retomo aqui Eduardo Guimarães em sua afirmação: “O Brasil é um país multilíngüe”. O autor discute essa perspectiva considerando o imaginário de unidade lingüística característico “da construção de identidades nacionais.” GUIMARÃES, Eduardo. Revista **Ciência e Cultura**. vol. 57, no. 2, SP, abril/junho, 2005.

<sup>10</sup> Não trago aqui a ruidosa discussão interna no Brasil entre o uso da norma padrão, norma da gramática ensinada nas escolas, e o uso do modo brasileiro de falar a língua. Um discurso do ex-presidente FHC ilustra bem certa tendência dessa discussão, que separa modos de falar a língua, tendo em vista um imaginário “bem falar”: “Nós somos, sim, gente que estuda e trabalha, porque sem estudo e sem trabalho não se muda o Brasil. Há, sim, acadêmicos entre nós. Não temos vergonha disso. Há, sim, gente que sabe falar mais de uma língua, mas sabemos falar nossa língua, e falamos direito. E faremos o possível e o impossível para que todos os brasileiros falem a nossa língua e falem bem. E não sejam brasileiros liderados por alguém que despreza a educação, a começar pela própria – disse o ex-presidente, no discurso de encerramento do encontro em que foi eleita a Executiva Nacional do PSDB, que passará a ter o senador Sérgio Guerra (PE) como presidente.” *Globo online*, 23/11/07

em função dos crescentes movimentos migratórios, mas também às instituições e às empresas internacionais. “Aliás, nesta seqüência, mesmo países multilingüísticos pacificamente estabelecidos (eg, Suíça), passam a ser analisados a esta luz.”<sup>11</sup>

### 3. Escrita, capitalismo e uso de uma língua comum na Europa e nas colônias

Um outro aspecto relevante: falar uma determinada língua não quer dizer, necessariamente, poder escrever nesta mesma língua. E esse é um fator econômico importante. Temos aqui duas ordens de problemas: ou bem a língua tem sua forma escrita, mas nem todos os seus falantes foram alfabetizados, ou bem uma língua não tem escrita, como é o caso de inúmeras línguas indígenas, africanas etc. Assim, tendo em vista, ainda, a mencionada correlação entre multiplicidade lingüística e pobreza econômica, para discutir essa questão por outro ângulo, não se pode deixar de chamar a atenção para a presença da língua escrita.<sup>12</sup> Desse ponto de vista, Estados mais industrializados e desenvolvidos economicamente apresentam esse traço comum: a modalidade escrita de suas línguas.

A cultura européia é uma cultura da escrita, tributária de línguas que ganharam escrita há mais de cinco séculos. Trata-se de uma cultura que engendrou o sistema capitalista que, depois, se tornou modelo planetário, e cuja origem Max Weber ligou ao Protestantismo. É de Weber a análise que inter-relaciona a Reforma Protestante e o surgimento do capitalismo na Europa.<sup>13</sup> Curioso notar, porém, que apesar de o sociólogo ter realizado sua análise a partir da leitura de textos escritos em alemão, holandês e inglês, ou seja, a partir de vernáculos europeus em sua forma escrita, a relação entre a Reforma Protestante e o surgimento do capitalismo não foi articulada à estabilização dos vernáculos com base na escrita e no surgimento de gramáticas e dicionários.<sup>14</sup>

A Reforma Protestante quebrou com o monopólio do Latim como língua escrita usada pelas elites, e foi uma das alavancas para, ao longo de aproximadamente quatro séculos, haver a consolidação e gramatização dos vernáculos europeus com uma fixação da sua forma escrita. Interessava aos seguidores de Lutero, e fazia parte de seus preceitos religiosos, a tradução da Bíblia do Latim para as línguas locais (ou vernáculos), a fim de converter o maior número possível de seguidores. Desse modo, traduzir os textos religiosos e rezar o culto em vernáculo era uma maneira de estabelecer aproximação com a população mais humilde, não usuária do Latim. Voltando a Weber, se, seguindo seu raciocínio, é possível afirmar que o advento do capitalismo está inicialmente associado a

---

<sup>11</sup> SILVA, Joaquim Ramos. **O Factor Lingüístico**. ISEG, Universidade Técnica de Lisboa. In: <http://pascal.iseg.utl.pt/~cedin/portugalbrasil/files/jrsa7.pdf> (acesso em julho, 2008).

<sup>12</sup> Cf. COULMAS *op. cit.*, p. 26, AUROUX, *op. cit.*, e ORLANDI, Eni. **Língua e Conhecimento Lingüístico**. Campinas, Pontes, 2001.

<sup>13</sup> Cf. COULMAS, *op. cit.*, p. 28.

<sup>14</sup> Cf. COULMAS, *op. cit.*, p. 29 e p. 31: “It is somewhat of a mystery that Weber did not pay more attention to the parallel developments from the sixteenth to the nineteenth century of Europe’s modern standard languages and the capitalist system of economy.”



uma disputa religiosa que muda o modo dos sujeitos se relacionarem em sociedade e com a idéia de lucro, é possível, também, apontar para o fato de que o advento dessa outra forma de relação social, que envolve outro tipo de fluxos monetários, ocorre em paralelo à consolidação de uma forma padrão das línguas vernáculas tanto na modalidade escrita quanto na oral, e à difusão sua forma escrita através da invenção da imprensa<sup>15</sup>. É interessante que Weber chega mesmo a afirmar que “uma rede de comunicação e ligações de tráfego suficientemente elaborada era uma pré-condição indispensável do desenvolvimento do comércio em geral”<sup>16</sup>

O que hoje entendemos como línguas européias resulta, em suma, desse longo processo histórico-político-lingüístico-econômico-religioso que, envolvendo a forma escrita, fixa um padrão comum, *standard*, que, uma vez gramatizado, deve ser usado, escrito, ensinado e lido. O que foi dito acima aponta para o fato de que o processo de gramatização, somado à relação língua/nação e às novas relações econômicas, leva a língua portuguesa a fazer parte do que R. Balibar<sup>17</sup> chama de *aparelho de línguas*, ou seja, as línguas fazem parte do próprio aparelho de Estado. Assim, o português nacional-internacional e a maioria das demais línguas européias de colonização estão em um mesmo patamar de auto- e inter-sustentação político-ideológica, no qual elas se mantêm hierarquicamente na mesma posição em função de serem línguas nacionais com alcance internacional. São línguas já instituídas<sup>18</sup> e institucionalizadas – porque são práticas socialmente regularizadas e repetíveis, – fazendo parte desse *aparelho de línguas*, de um aparelho de letrados e de um sistema de ensino.

Na transição do século XIX para o XX, na consolidação dos Estados modernos, capitalistas, a produção industrial nacional, para se manter, necessitava de padronização e homogeneização do ambiente de trabalho, ou seja, necessitava de trabalhadores alfabetizados, falando e escrevendo uma língua comum. Assim, a padronização lingüística européia também caminhou de braços dados com uma forma de desenvolvimento econômico que necessitava de padronizações no meio industrial.

É importante frisar que economistas já têm desenvolvido pesquisas relacionando práticas lingüísticas e a entrada, com possível assimilação de uma segunda língua, de imigrantes no mercado de trabalho. As línguas, em tais pesquisas econômicas, são consideradas como parte do capital humano de um trabalhador. Os já citados Bloom e Grenier, formulando questões já inseridas nessa chave de raciocínio, apontam para “o papel crucial que as habilidades lingüísticas podem ter em determinar oportunidades e

---

<sup>15</sup> Acrescentemos, ainda, que o período da Reforma coincide com o da invenção dos tipos móveis por Guttemberg.

<sup>16</sup> Conforme COULMAS, *op. cit.*, p.31.

<sup>17</sup> BALIBAR, R. **L’Institution du Français**; essai sur le clinguisme des Carolingiens à la République. Paris, Presses Universitaires de France, 1985.

<sup>18</sup> Língua instituída enquanto criada ou fundada, estabelecida. Assim, pode-se pensar na questão lingüística nacional como “estrutura social estabelecida pela lei” (BALIBAR, *op. cit.*, p. 12), “básica e peculiar a um determinado povo; ou como a institucionalização regularizada de uma prática” (cf. MARIANI, já citado).

sucesso econômicos, mesmo entre indivíduos que são educados e sem dúvida acima da média em termos de inteligência.”<sup>19</sup>

Desse ponto de vista, grupos de imigrantes e grupos linguisticamente minoritários precisariam aprender e usar a língua dominante em seu novo país para poderem se manter economicamente ativos.

Alguns lingüistas, por sua vez, em seus comentários, afirmam que um dado precisa ser acrescentado pelos economistas ao observarem as relações entre as línguas e o mercado de trabalho: a relação custo-benefício na aquisição de uma segunda língua por parte do trabalhador, afinal trata-se de um projeto custoso e de médio prazo de aquisição de um bem com uma finalidade específica. A não ser que haja um incentivo governamental, ou a perspectiva de um incremento pecuniário, os trabalhadores tendem a permanecer apenas com sua própria língua materna. Mas seria esse, realmente, o ponto principal? A questão seria a de aprendizagem de uma nova língua ou a de abrir mão de uma língua materna em nome de vantagens financeiras?

Coulmas, por exemplo, vai se perguntar sobre os custos de um mundo poliglota. Uma pergunta, aliás, que os economistas também vêm se fazendo. Um simples exemplo: uma conversa telefônica despende o dobro do tempo quando a telefonista não tem proficiência em uma determinada língua, o que gera custos maiores na conta telefônica da empresa.<sup>20</sup> A não homogeneidade lingüística, como demonstra o autor, gera custos em muitos setores do Estado: educação bilíngüe além do ensino de uma língua estrangeira; custos com material didático (gramáticas e dicionários em duas ou mais línguas), com traduções de documentos oficiais e por aí vai. Em função do fato de que o multilingüismo gera custos, o treino de funcionários aptos a falar em mais de uma língua, por exemplo, o Estado se vê diante da língua como questão econômica. A formulação interna de políticas e planejamentos lingüísticos visando à implementação do monolingüismo, nesse sentido, é muito mais decorrência da esfera do econômico do que de discussões culturais e nacionalistas.

#### 4. Línguas de colonização e descolonização ocidentalizada

Começamos pela descolonização americana e o modo como os *founding fathers* e congresso eleito, em 1789, ao final da revolução pela independência, buscaram estabelecer outros sentidos para a língua e para a economia. Além de renomear a moeda em circulação<sup>21</sup>, o congresso deparou-se politicamente com o debate em torno de uma possível padronização do inglês, com a organização de uma Academia de Letras, a nomeação do inglês como ‘americano’ *etc.* Noah Webster, defensor do *American English*,

---

<sup>19</sup> Cf. BLOOM and GRENIER, *op. cit.*, p. 445.

<sup>20</sup> Um dos exemplos citados por COULMAS, *op. cit.*, p. 91.

<sup>21</sup> Ao invés de *pounds* e *pennies*, Thomas Jefferson propôs chamar a moeda americana de *mill*, *cent*, *disme*, *dollar*, *eagle*. (v. COULMAS, *op. cit.*, p. 43) <sup>22</sup> WEBSTER, 1802, *apud* COULMAS, *op. cit.*, p. 45 <sup>23</sup> Cf. MARIANI, B. em livro já citado.



estabeleceu a relação entre língua e economia: “comércio é o pai da civilização (...) em toda parte vemos que os costumes e a humanidade das leis e das instituições estão em direta relação com a extensão do comércio.”<sup>22</sup> É importante lembrar que, como Webster, os *founding fathers* e o Congresso americano projetaram uma memória do futuro para a língua inglesa, representada nos discursos políticos mais de modo pragmático do que idealista, como afirmou John Adams, um dos ideólogos da nova nação que surgia após a revolução: “O inglês está destinado a ser nos próximos e sucessivos séculos mais a língua do mundo em geral do que o latim foi no passado ou o francês no presente.”<sup>23</sup>

No caso da colonização lingüística brasileira, porém, os sentidos foram outros. Durante nosso processo de independência, os deputados que compunham a assembléia constituinte reunida, além de querer chamar a língua aqui falada de língua brasileira, incluíam em seus nomes portugueses de batismo nomes de povos indígenas, num claro movimento nacionalista e conforme o espírito romântico que então se propagava para além do mundo europeu trazido por intelectuais que lá tinham estudado. O nome da moeda da nova nação, porém, não foi alterado: a unidade monetária era o real e as moedas eram chamadas de vintém (20 réis), tostão (80 réis) e conto de réis, que equivalia a um milhão de réis e assim permaneceu até 1833, quando a unidade monetária passou a ser o mil-réis em consonância, novamente, com a economia portuguesa. Vale assinalar que, do ponto de vista do mercado, com a adoção de uma língua comum e de uma moeda comum, os custos das transações comerciais tendem a baratear. Em 1910, Portugal passa a nomear sua moeda como escudo e o Brasil, apenas em 1942, renomeia sua moeda, passando a chamá-la de cruzeiro. E se é em 1946 que se nomeia como portuguesa a língua falada no Brasil, apenas na constituição de 1988 se encontra a designação da língua portuguesa como língua oficial do Brasil.

Entre a independência e 1942, apenas para ficarmos restritos a um determinado período de tempo, gramáticos, literatos, políticos e intelectuais brasileiros estiveram sempre debatendo, ou se debatendo, com questões lingüísticas ligadas ao nome da língua e/ou à valorização da norma em detrimento do nosso modo de falar a língua e vice-versa. No entanto, até o momento em que se encontra essa pesquisa, até onde foi possível verificar, a correlação entre uniformidade lingüística e progresso econômico não foi levantada por intelectuais e gramáticos.

Importa ressaltar, conforme demonstra Coulmas<sup>22</sup>, como em vários processos de descolonização ocorreu uma ocidentalização (*westernization*, de acordo com o autor), ou seja, uma modernização social acompanhada de uma modernização lingüística, ambas seguindo moldes europeus. Em outras palavras, a ocidentalização representa tanto a adoção de instituições européias quanto a adaptação de instituições locais aos moldes europeus (o uso de vestido branco em casamentos japoneses ou indianos, por exemplo). Representa, também, da parte de muitos governos, aceitar sem aprofundadas discussões a língua de colonização como língua comum à sociedade como um todo, ou seja, como língua nacional e oficial, a fim de viabilizar de modo mais eficaz a entrada da ex-colônia no mercado internacional.

---

<sup>22</sup> COULMAS, *op. cit.*, p. 51.

Em suma, a argumentação em torno da relevância dessa ‘língua comum’, a simples utilização dessa expressão já corresponde a um traço de silenciamento das diferenças internas, ou seja, de outras línguas que não a de colonização.

## 5. A globalização da língua e do mercado como verdade

Há um certo discurso político-econômico em circulação proclamando os benefícios e a inevitabilidade da globalização enquanto formação de um mercado mundial único, com uma moeda comum e uma língua comum. Nesses discursos, afirma-se: “a multiplicidade de línguas é um obstáculo ao comércio e à mobilidade do trabalho e da tecnologia”.<sup>23</sup> Assim, fronteiras lingüísticas seriam elementos que impediriam uma integração econômica, sendo que o problema se acentuaria, sobretudo para os países mais pobres, onde, para muitos, a existência e a permanência do multilingüismo pode desacelerar a modernização. Para esse tipo de discurso, uma economia “ideal” supõe uma única língua. A língua franca desse sistema econômico seria o Inglês, e o mercado mundial seria o produto do que for deliberado na Organização Mundial do Comércio, instituição supostamente multilateral, mas que atende aos interesses de um número restrito de Estados-Nações.<sup>24</sup>

Com relação à língua, nesse discurso político-econômico, além da menção da necessidade de uma língua única, menciona-se também o fato de já estar em curso uma ‘comunicação global’ com o predominante uso da língua inglesa. Um exemplo freqüente é a MTV, ou a versão eletrônica, na atualidade, de uma nova forma de colonização. Afirma-se, por exemplo, que “A MTV foi um dos primeiros gigantes da indústria cultural a reconhecer a economia global em expansão e tornar-se parte dela. (...) A MTV promove uma dieta *mainstream* de artistas predominantemente norteamericanos e britânicos (..) seu objetivo é influenciar positivamente a audiência adolescente global para aceitar hábitos comerciais e produtos que são predominantemente de nações centrais.”<sup>25</sup>

No contexto dessas discussões, interessa retomar aqui alguns dos argumentos do lingüista David Crystal, arrolados em seu livro *English as a global language*, publicado em 1997. Para Crystal, “uma língua se torna internacional em função de uma única razão relevante: o poder político de seu povo, em especial, seu poder militar. (...) Mas essa hegemonia internacional relaciona-se também com um poder econômico....”<sup>26</sup> Para o autor, “a língua inglesa estava no lugar certo, na hora certa”, quando, no século XX, houve uma “explosão da atividade internacional com status global.”<sup>27</sup> Todos os argumentos longamente expostos pelo autor em seu livro giram em torno da necessidade, para fins de comunicação mundial, sobretudo no âmbito do comércio e da ciência, de uma única e determinada língua global: o inglês.

---

<sup>23</sup> O'BRIEN, *apud* COULMAS, *op. cit.*, p. 121)

<sup>24</sup> Cf. JOBIM, José Luís. Nacionalismo e Globalização. In: ---. **Formas da Teoria**. Rio de Janeiro, Caetés, 2001. p. 19-66.

<sup>25</sup> MCPHALL, Thomas L. **Global Communication**: theories, stakeholders, and trends. Boston, Allyn & Bacon A Pearson Education Company, 2002, p. 113.

<sup>26</sup> CRYSTAL, David. **English as a Global Language**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1977.

<sup>27</sup> CRYSTAL, *op. cit.*, p. 12.

Porém, nem todos os lingüistas e economistas pensam assim. Jean Calvet, lingüista francês, em sua obra *La guerre des langues et les politiques linguistiques*, não vê as línguas como variáveis econômicas. Como indica o próprio título de seu livro, as línguas são uma questão de Estado e cabe ao Estado desenvolver políticas lingüísticas no sentido de preservar e valorizar as línguas como um dos elementos simbólicos da nação.<sup>28</sup>

Para alguns economistas, a formação de um mercado mundial de livre circulação de bens não irá enfraquecer os Estados nacionais. Nesse sentido, afirma-se que a globalização não é homogênea, linear nem uniforme: como fenômeno econômico não teria a capacidade de apagar as diferenças entre as nações nem a diversidade interna a cada uma. Enfim, essa conjuntura globalizadora não conseguiria diluir ou apagar elementos estruturais constitutivos de um Estado, como uma língua nacional. Assim, as assimetrias entre as línguas permaneceriam mesmo com a entrada avassaladora de uma língua comum, como vem sendo o caso do inglês, a bastante nomeada língua da comunicação global.

As empresas globais, em função disso, já apresentam uma nova estratégia, segundo o economista Baek: '*pensar globalmente, mas agir localmente*'.<sup>31</sup> Ao mesmo tempo, não se abre mão de considerar que uma língua comum, global, “é um bem público internacional”, nas palavras de outro economista. Mas, seria possível supor uma única fonia internacional? Se a língua inglesa tem-se colocado com força nesse mercado global, outras línguas européias como o francês e o espanhol têm desenvolvido esforços no sentido de aumentar sua penetração. Portugal, como já tive oportunidade de mencionar em outro artigo<sup>29</sup>, tem desenvolvido estratégias no sentido de aumentar o número de falantes de português, notadamente nas ex-colônias. O Brasil, por sua vez, vem construindo mecanismos de defesa do português-brasileiro e das línguas indígenas, como o CELPEBRAS (o exame de proficiência em português do Brasil), a criação do Instituto Machado de Assis, vinculado ao MEC, a criação do IPOL (Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Lingüística) que tem divulgado a Declaração Universal dos Direitos Lingüísticos (1996), a criação de Universidades Indígenas, a criação, na internet, do sítio da Enciclopédia das Línguas do Brasil, uma iniciativa de pesquisadores e professores do LABEUB, UNICAMP.

## 6. Afinal, quanto vale uma língua?

Para finalizar, pensando nas relações nem sempre óbvias ou visíveis das línguas com os sistemas econômicos, retomo a provocativa pergunta de Daniel Munduruku “Quanto custa ser índio no Brasil?” □ título de um depoimento dado na UERJ, em 2005. Falando do lugar de umas das mais expressivas lideranças indígenas brasileiras, Daniel

---

<sup>28</sup> CALVET, Jean. *La Guerre des Langues et les Politiques Linguistiques*. Paris, Payot, 1987.

<sup>31</sup> BAEK, 1994, *apud* RAMOS, já citado.

<sup>29</sup> MARIANI, Bethania. *Da Colonização Lingüística Portuguesa à Economia Neoliberal: nações plurilíngües*. In *Grangoatá*, 2008

afirma que, com sua pergunta, queria problematizar hábitos de pensamento vigentes em uma sociedade materialista, pois, nessa nossa sociedade, diz ele, “alguém só tem finalidade se tiver um valor, uma utilidade.”<sup>30</sup> Refraseando sua própria pergunta, ele diz: “Talvez a pergunta não seja quanto custa ser índio, mas quanto custa ser um brasileiro, filho dessa terra ‘idolatrada, salve, salve’!!!”

Fazendo uma analogia e considerando as relações econômicas globalizadas que, além de promover a manutenção do imaginário da inferioridade das ex-colônias, hoje países de terceiro mundo, promovem novos tipos de desigualdades sociais e simbólicas, podemos perguntar quanto custa ser falante de português? E, quanto custa ser falante de munduruku? Ou de alguma das vinte línguas nacionais moçambicanas? Frente ao inglês, considerado cada vez mais língua global, qual o custo da defesa e manutenção de um nacionalismo plurilíngüe? Ou de um monolíngüismo em um país de terceiro mundo?

Como se pode perceber, não tenho respostas, só muitas perguntas.

## 7. Referências bibliográficas

AUROUX, Sylvain. **A Revolução Tecnológica da Gramatização**. Campinas, Ed. da UNICAMP, 1992.

BALIBAR, R. **L’Institution du Français**: essai sur le clinguisme des Carolingiens à la République. Paris, Presses Universitaires de France, 1985.

BLOOM, David E. e GRENIER, Gilles. Economic perspectives on language: the relative value of bilingualism in Canada and the United States. In CRAWFORD, James. **Languages Loyalties**; a source book on the official English controversy. Chicago & London, The University of Chicago Press, 1992.

CALVET, Jean. **La Guerre des Langues et les Politiques Linguistiques**. Paris, Payot, 1987.

COULMAS, Florian. **Language and Economy**. Oxford, Blackwell Published, 1992.

CRYSTAL, David. **English as a Global Language**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1977.

GUIMARÃES, Eduardo. Revista **Ciência e Cultura**. vol. 57, no. 2, SP, abril/junho, 2005.

---

<sup>30</sup> MUNDURUKU, Daniel. Quanto custa ser índio no Brasil? In: VALENTE, André (org.). *Língua Portuguesa e Identidade: marcas culturais*. Rio de Janeiro, Editora Caetés, 2007, p. 49 a 52.

JOBIM, José Luís. Nacionalismo e Globalização. In: ---. **Formas da Teoria**. Rio de Janeiro, Caetés, 2001, p. 19-66.

MCPHALL, Thomas L. **Global Communication**; theories, stakeholders, and trends. Boston, Allyn & Bacon A Pearson Education Company, 2002, p. 113.

MARIANI, Bethania. **Colonização lingüística**; línguas, política e religião no Brasil (séculos XVI a XVIII) e nos Estados Unidos da América (século XVIII). Campinas, Pontes, 2004.

\_\_\_\_\_. **Da Colonização Lingüística Portuguesa à Economia Neoliberal**: nações plurilíngües. In *Gragoatá*, 2008.

MUNDURUKU, Daniel. Quanto custa ser índio no Brasil? In: VALENTE, André (org.). **Língua Portuguesa e Identidade**: marcas culturais. Rio de Janeiro, Editora Caetés, 2007, p. 49 a 52.

ORLANDI, Eni. **Língua e Conhecimento Lingüístico**. Campinas, Pontes, 2001.

SILVA, Joaquim Ramos. **O Factor Lingüístico**. ISEG, Universidade Técnica de Lisboa. In: <http://pascal.iseg.utl.pt/~cedin/portugalbrasil/files/jrsa7.pdf> (acesso em julho, 2008).